

Política

CONSTITUINTE

A votação do capítulo da Reforma Agrária ficou para hoje. Ao contrário do que se esperava, o acordo está próximo, restando apenas um ponto de discordância entre as lideranças.

A falta de acordo teria sido "uma manobra da minoria", segundo o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, que queria definir tudo ontem.

Manobra: a batalha ficou para hoje.

Ainda não foi ontem que começou a votação do capítulo da Reforma Agrária, com a votação da emenda coletiva do Centrão, já que não houve acordo entre as lideranças partidárias sobre o único item ainda em discussão: a exceção de propriedade produtiva na desapropriação. Mas esse acordo deve sair hoje, admitiram o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, que preferiu atribuir o adiamento da votação a uma "manobra da minoria, que sentiu não ter como defender suas teses", e ainda comentou que "não havia mais nada a discutir, com três votações concluíram o capítulo da Reforma Agrária ontem mesmo".

"Não se pode menosprezar o poder político dos produtores rurais. Temos condições de inviabilizar a candidatura dos que votarem a favor da desapropriação das terras produtivas", ameaçou Caiado, ao deixar o Congresso, e, caso saia derrotado hoje do plenário — o que ele nem admite pensar —, a UDR já tem uma tática montada: denunciar nacionalmente os parlamentares que "votarem contra o povo" em todos os meios de comunicação. "Para isso temos poder político e as estruturas das 259 regionais", acrescentou o presidente da UDR.

Ronaldo Caiado disse ainda que "só não fechará acordo na reforma agrária quem quer penalizar as terras produtivas". Ele denunciou a "tentativa das esquerdas de criar uma situação juridicamente anômala" salientando que só a terra tem de cumprir função social totalmente subjetiva, inviabilizando em seu entender as fronteiras agrícolas. Caiado pergunta "por que o setor rural tem tratamento diferenciado do setor urbano no tocante à desapropriação", "por que não funciona, por exemplo, para as empresas poluidoras o mesmo conceito de função social que pretendem para as propriedades rurais".

Estratégias
As lideranças sindicais e os partidos que apoiam os trabalhadores rurais também estão dispostos a continuar sua luta, caso saiam derrotados. Estão programados atos públicos de protesto e mobilização junto aos constituintes em suas bases eleitorais, admitiram líderes da Contag e Cut: "Os políticos terão que assumir esse ônus nas próximas eleições".

As galerias que levam ao plenário da Constituinte poucos sindicalistas tiveram acesso. A UDR, ao contrário, obteve a maioria das senhas disponíveis na cota dos parlamentares. Francisco Urbano, tesoureiro da Contag, falava sobre as dificuldades dos sindicalistas até para chegar ao gabinete do deputado Ulysses Guimarães, com quem tinham audiência marcada.

Enquanto a União Democrática Ruralista (UDR) mobilizou mais de quatro mil associados, divididos em grupos, para pressionar de perto os constituintes a aprovar o texto do Centrão, a linha de frente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) dentro do Congresso não ultrapassou cem lobistas. Outros cerca de três mil associados da UDR continuaram em seus Estados em vigilância permanente junto aos constituintes em suas bases eleitorais. Pelo menos cinco aviões e um número indefinido de ônibus foram colocados à disposição dos parlamentares pela UDR para garantir suas presenças para votar em plenário.

Ao mesmo tempo em que a UDR distribuía aos constituintes um livreto ilustrado com desapropriações de terras produtivas, as entidades que apoiam os trabalhadores rurais denunciavam a violência no campo num painel de fotografias colocado na entrada da Câmara. Desde o início dos trabalhos da Constituinte os partidos trabalhistas e as entidades sindicais vêm denunciando, através de cartazes afixados nas bases eleitorais, "os constituintes que estão votando contra o povo".

"O que tínhamos a fazer já foi feito. Agora é esperar e contar com a sorte", resignava-se o secretário-geral da Contag, André Moutinho da Silva. Ele dizia que o movimento sindical "está sem dinheiro para fazer mobilização de massa", explicando que por um erro de cálculo a entidade concentrou todos os esforços e todo o dinheiro no ano passado, certa de que a Constituinte seria aprovada no final de 87.



José Francisco, da Contag (esq.) sai, observado por Caiado, da UDR (ao fundo).



Na reunião para acordo, muita tensão.

Metaleiros rejeitam salmo xenófobo e provocam buraco negro. (Entendeu?)

"Vou denunciar os que votarem contra o povo" dizia ontem o presidente da UDR, Ronaldo Caiado. "Vamos denunciar os que votam contra o povo", diz um cartaz da CUT.



Amigo — Segundo os dicionários é aquele com quem mantemos laços de amizade. Mas, para a UDR (União Democrática Ruralista) — que classifica os constituintes com três expressões — "amigo" é aquele que vota a favor da iniciativa privada.

Buraco Negro — De acordo com os compêndios de astronomia, buracos negros são lâmpadas concepções de matéria produzindo uma gravidade tão intensa que nem a luz escaparia de sua atração. No vocabulário dos constituintes, porém, o buraco negro surge quando nenhum dos textos existentes consegue a maioria de 280 votos necessários à sua aprovação. Simplesmente fica um "buraco" na Constituição.

Confronto e Consenso — Duas palavras repetidas centenas de vezes na votação do Capítulo da Ordem Econômica. Em português claro, o líder do PFL, deputado José Lourenço, apostou por exemplo no confronto: "Acordo é com o raio que os parta", proclamou na véspera da votação. Não conseguiu nem o apoio de quem poderia jogar no mesmo time. "Um texto de confronto seria como elefante com cabeça de burro", comentou o líder do PDS Amaral Neto. A pregação do "consenso" foi feita didaticamente pelo relator da Constituinte, Bernardo Cabral: "Se o projeto da Sistematização sobre a Ordem Econômica não é o melhor, tampouco o é o do Centrão. A Constituinte não pode se perder pelo que ela tem de melhor, que é o ponto de equilíbrio. Vamos buscar o consenso".

Inimigo e Indefinido — Inimigo, nos dicionários, é uma pessoa que nos é hostil. Indefinido é algo ou alguém incerto, com quem não se pode contar. Mas para a UDR o "inimigo" na Constituinte tem uma caracte-

rística: "É quem nunca votou com as teses privatizantes". Já o "indefinido" é o político que tem um voto "oscilante" ou que quase não frequenta as sessões. O deputado Felipe Cheidde, do PMDB de São Paulo, um dos campeões de ausências, seria um "indefinido" na classificação da UDR.

Lobbies — Grupos de pressão que invadiram a Constituinte, principalmente na votação da Ordem Econômica, representando os mais variados interesses. Competem entre si procurando ganhar o voto de cada um dos 559 constituintes. O método de conquista do voto pode ser variado: uma boa conversa, ofertas de brindes ou promoções de festas por exemplo, entre outras tentativas. Mas consta que os lobbies que funcionam de fato são os mais discretos: o dos militares e o da Igreja. Sem brindes, festas ou acampamentos na porta do Congresso, eles foram vitoriosos em áreas de interesse específico em boa parte das votações.

Lei complementar e lei ordinária — A lei complementar precisa dos votos da maioria absoluta da Câmara e do Senado — ou seja, metade do total de parlamentares das duas Casas mais um. Já a lei ordinária pode ser aprovada pelo quórum da maioria simples — ou seja, metade mais um dos presentes à sessão.

Metaleiros — Não são representantes do rock "pesado", como diz a gíria. Na Constituinte, metaleiro é o apelido de qualquer "radical" do Centrão. Na votação da semana passada, José Lourenço, líder do PFL, levou o título de representante máximo da ala dos "metaleiros" ao proclamar que acordo no Capítulo da Ordem Econômica era com o "raio que os parta". Mas o

considerado "metaleiro-chefe" da ala, inclusive pelo próprio José Lourenço, é o deputado Roberto Cardoso Alves, que defendeu abertamente a concessão de favores do governo em troca de votos. "E dando que se recebe", costuma dizer.

Salmo — Entre os antigos hebreus o salmo era um poema religioso para ser acompanhado por qualquer instrumento, de corda ou de sopro. No entanto, entre os constituintes o salmo é uma planilha com o resumo de várias emendas, de todas as tendências, levada em reuniões de negociação para tentativas de acordo antes da votação em plenário.

Traição — Muito usada nas votações. Para se acusar alguém de "traidor" é preciso saber de qual lado se está. Para o deputado Paulo Ramos, do PMDB do Rio de Janeiro, os contrários à nacionalização das jazidas e reservas minerais eram "traidores". Para o líder do PFL, José Lourenço, "traidor" é o deputado Paulo Ramos "que recebe dinheiro da Albânia e da Nicarágua".

Xenofobia — Palavra pronunciada várias vezes na votação do Capítulo da Ordem Econômica. Xenófobo é quem tem aversão a pessoas e coisas estrangeiras, define o dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda. Xenófobo foi o texto aprovado sobre a Ordem Econômica, resultado do acordo entre o Centrão, o PMDB liderado por Mário Covas e outras correntes da Constituinte, segundo definiu o deputado Delfim Netto, do PDS. "É insatisfatório, xenófobo e ainda reflete uma certa ingenuidade." O senador Jarbas Passarinho, do PDS, na mesma linha disse que "decretamos hoje a vitória da xenofobia", indignando diante da vitória dos que optaram pela linha nacionalista.

Nas reuniões pelo acordo, muita tensão.

Não foi por falta de reuniões que o acordo sobre a reforma agrária deixou de ser fechado ontem. Foram, ao todo, cinco reuniões, em nove horas de intensas negociações entre o Centrão e as esquerdas. Para hoje já está marcada uma nova reunião, às nove horas, no gabinete do senador Mário Covas, enquanto persiste o impasse na questão da desapropriação da propriedade produtiva.

O Centrão não admite que a propriedade produtiva seja desapropriada. A esquerda acha que ela deve ser desapropriada se não estiver cumprindo sua função social, ou seja, se ela não atender simultaneamente aos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado; preservação do meio ambiente e não degradação dos recursos minerais; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Os dois lados acham difícil se chegar a um consenso sobre esse ponto e a expectativa é que o capítulo entre hoje em votação para que o plenário decida.

— Fizemos um acordo sobre o texto quase todo e não vamos abrir mão de garantir que a propriedade produtiva esteja livre da possibilidade de desapropriação, disse o deputado Ricardo Fíza (PFL-PE).

O deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), um dos negociadores da esquerda, acha que não há mais o que ceder: "Se nós aceitarmos a proposta do Centrão, não haverá mais reforma agrária no país e será muito difícil segurar o conflito no campo". Ele disse ainda estar "surpreso" com o quanto a esquerda cedeu na negociação.

Tensões

As reuniões foram muito tensas e acompanhadas de perto pelos líderes das duas correntes. A UDR, representada por cerca de cem empresários rurais, estava unida no auditório ao lado da sala onde estavam sendo realizadas as reuniões, sob a liderança de Ronaldo Caiado. Na antesala, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) tinha apenas seis representantes, entre eles o seu presidente, José Francisco da Silva. Silva acabou entrando na sala de reuniões, onde permaneceu mais de duas horas, o que provocou grande ira por parte dos líderes da UDR. Por várias vezes, os parlamentares que representavam os dois lados deixavam a sala de reunião para consultar os lobistas e voltavam com o aval de suas bases para prosseguir ou não nas negociações.

As reuniões para se tentar chegar a um consenso foram três pela manhã e duas à tarde. Só no início da tarde é que se conseguiu adiantar alguns acordos. Primeiro, ficou acertado que a garantia do direito de propriedade seria mesmo excluída do texto e que a função social seria cumprida quando a propriedade atender simultaneamente aos quatro requisitos já mencionados, segundo critérios e graus estabelecidos em lei. Acertou-se ainda que seria desapropriado o imóvel que não esteja cumprindo função social mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, fixada conforme a lei. Esse era o texto que o Centrão queria. Em troca, a esquerda conseguiu que apenas as benfeitorias "úteis e necessárias" sejam indenizadas em dinheiro. Faz parte do acordo também a eliminação do artigo que previa a realização de um processo administrativo, fundamentado em história do imóvel rural, com a participação do proprietário, para a reforma agrária. O usucapião após cinco anos de ocupação efetiva da terra também foi acertado.

Caso seja acertada a aprovação do texto base do Centrão, que protege a propriedade produtiva, impedindo sua desapropriação, a esquerda já tem um destaque em separado para retirá-la do texto.

MINERAÇÃO

O EXEMPLO DO CANADÁ

O governo canadense decidiu acabar com sua política nacionalista em mineração.

Menos de uma semana depois de a Constituinte aprovar a total nacionalização da mineração no Brasil, o Canadá — apontado como o grande exemplo pelos constituintes favoráveis à nacionalização — decidiu ontem acabar com sua política mineradora nacionalista, "para criar um clima propício a novos investimentos de capital".

O governo canadense comunicou oficialmente essa decisão em telex enviado ontem ao Instituto Brasileiro de Mineração e lido para o *Jornal da Tarde*, em Belo Horizonte, pelo secretário-geral da entidade, José Mendo Mizael. Diz o governo canadense que "o investimento externo e o capital externo têm desempenhado um papel significativo no desenvolvimento do potencial de recursos naturais do Canadá. Reconhecendo esse fato, o governo colocou de lado a prática de buscar 50 a 70% de participação acionária canadense em novos projetos minerais não energéticos, para criar um clima propício a novos investimentos de capital".

Mizael disse não ser possível ainda avaliar o impacto que o setor mineral receberá em função das decisões da Constituinte, mesmo porque muitas questões serão objeto de lei ordinária. Mas desde já ele prevê que os cinco grupos detentores das maiores áreas para pesquisa mineral do País — todos de capital estrangeiro e que em 1987 participaram com 56,75% dos investimentos no setor — poderão iniciar um processo maciço de demissão de geólogos, com queda na geração de jazidas e um risco muito grande de o País aumentar sua dependência do subsolo alheio já na próxima década.

Ele advertiu ainda que a participação no setor de órgãos da administração direta

da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos proprietários do subsolo aumentarão "brutalmente as dificuldades de se obter rentabilidade adequada". Além disso, como os recursos passam a pertencer à União, dependendo do que a lei ordinária dispuser "poderá aumentar ainda mais a forte inibição aos investimentos em pesquisa mineral".

A questão da pesquisa também foi levantada ontem, no Rio de Janeiro, pelo presidente da CBM — Companhia Brasileira de Mineração, o ex-ministro das Minas e Energia Antônio Dias Leite. Segundo ele, os maiores investimentos feitos pelas empresas estrangeiras no setor mineral é em pesquisa, onde a participação do Brasil não passa de 35%. "Ninguém tem dinheiro e condições culturais, no Brasil, de aplicar tanto em pesquisa mineral quanto as empresas estrangeiras", disse ele.

Como exemplo, Dias Leite citou a associação de sua empresa com uma multinacional canadense, que detém 20% do capital, e colabora basicamente na pesquisa. Já a Mineração Serra do Sul, subsidiária da canadense Inco, desde 1970 no País, investiu até agora 20 milhões de dólares em pesquisa, informou no Rio o diretor da empresa, Luis Verne.

Industrialização
Tanto Dias Leite como Vernec concordam em que a Constituinte, em vez de nacionalizar a exploração dos recursos minerais, deveria estimular as multinacionais a industrializarem os minérios aqui no Brasil, impedindo sua exportação em bruto, a preços baixos. Vernec disse que atualmente só a Vale do Rio Doce exporta em bruto. "E se este foi o argumento para nacionalizar a exploração dos minérios, os consti-

tuintes não estavam devidamente informados", observou.

Em Porto Alegre, o vice-presidente da Anfavea — associação das montadoras de automóveis — e diretor da Autolatina, Jacy Mendonça, criticou as restrições ao capital estrangeiro e previu que "se o Brasil seguir nesta viagem irá em direção a uma desgraça social, na qual nós seremos as vítimas".

O capital estrangeiro, segundo ele, é necessário ao desenvolvimento, na geração de empregos e poderá dobrar a renda per capita no ano 2005, o que só ocorreria em 2017 sem sua participação. Além disso, considerou que os constituintes cometeram um "pequeno absurdo" nas definições de empresa nacional e estrangeira: "Deram o entendimento de que se o Antônio Ermirio de Moraes se mudar, por exemplo, para o Uruguai, suas empresas serão consideradas estrangeiras, já que estabeleceram que a empresa nacional é a que tiver seus dirigentes morando no País". A opção nacionalista, acrescentou, "vai fechar o Brasil para o mundo, com consequências a médio e longo prazos".

Na França, más previsões
As medidas de nacionalização repercutiram também na França. O jornal *Le Monde*, por exemplo, citando como patrocinadora uma aliança entre a esquerda tradicional, setores militares e empresas comprometidas com teses protecionistas, prevê que as decisões poderão aumentar o protecionismo europeu, além de desestimular investidores da Europa. Já o *Libération*, em matéria de página inteira, diz que "esse reflexo patriótico visa as multinacionais e congela os recursos minerais", contribuindo para afastar investidores internacionais do Brasil.



Os artistas com Ulysses

Ordem social: perigo de mais retrocesso.

Nas próximas semanas entrará em discussão, na Assembléia Nacional Constituinte, o Capítulo V — Da Comunicação — do título VIII da Ordem Social. O novo texto não tem um elenco ordenado e moderno de princípios fundamentais referentes ao tema. Também nesse particular, ao invés de progressista, a futura Constituição é confusa, retrógrada e prolixa.

Os meios de comunicação correm o risco de passar a dispor de mesmo liberdade do que já dispõem. Do texto da Constituição vigente os atuais constituintes enrolaram e misturaram tudo, valendo a crítica para o projeto da Sistematização e para as emendas do Centrão. Em dez artigos, perdidos por quase todos os títulos, cuida-se dos meios de comunicação.

Artistas reivindicam

A regionalização da programação de televisão e a extinção de qualquer órgão destinado a fazer a censura de artes e espetáculos foram as reivindicações apresentadas, ontem, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, por um grupo de artistas acompanhado pela deputada Abigail Feitosa (PSB-BA). Elizabeth Savaia, Lúcia Alves, Otávio Augusto e Mauro Mendonça obtiveram o apoio de Ulysses.

O Brasil, rumando para o passado.



Ives Gandra Martins

Se a nova Constituição for respeitada, à risca, o Brasil corre o risco de fazer uma grande caminhada rumo ao passado com consequências econômicas, sociais e políticas danosas, ao invés de projetar-se com a possibilidade de transformar-se na quinta economia capitalista do mundo nos próximos anos. A avaliação foi do tributarista Ives Gandra Martins, em palestra, ontem, na Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Martins procurou justificar o provável atraso do Brasil quanto ao tratamento discriminatório em relação ao capital estrangeiro: o mundo inteiro estimula a entrada desse capital, até mesmo os países socialistas; já o Brasil age de forma contrária.

A nova Constituição, em seus princípios, desestimula o trabalho e a poupança, segundo Martins, pois concede benefícios como o da mulher gestante — cinco meses sem trabalhar — e aplica impostos sobre os lucros que sobram da atividade das empresas, que é a poupança. Os constituintes estão consagrando uma visão de economia ideologizada, desprezada em países como Portugal ou Itália.

A saída para o Brasil, na opinião de Gandra, será a transformação da nova Constituição em princípios programáticos, o que é possível de acordo com o Direito Constitucional. Dessa maneira, o texto que vem sendo votado pelos constituintes não seria de aplicação rígida, o que daria condições para que a economia do País seguisse sua trajetória, em convívio com a participação do capital estrangeiro.